

**Processo :** 242747-9/19  
**Origem :** INST PREV SERV PUB MESQUITA MESQUITAPREV  
**Setor :**  
**Natureza :** PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DE GESTÃO  
**Observação :** PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DE GESTÃO  
REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2018

**Senhora Coordenadora-Geral,**

Trata o presente da **PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DE GESTÃO** do INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE MESQUITA - MESQUITAPREV, relativa ao exercício de **2018**.

## **1 – DA ÚLTIMA DECISÃO**

Em decisão monocrática, datada de **27/06/2023**, proferida pelo Conselheiro Substituto, Sr. Christiano Lacerda Ghuerrén, foi decidido (fls. 615-625):

### **DECIDO:**

**I** - Pela **NOTIFICAÇÃO** do Sr. Murilo Sanches Rodrigues, Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Mesquita - MESQUITAPREV, no exercício de 2018, nos termos do art. 15, inciso II, c/c art. 30 do Regimento Interno deste Tribunal, aprovado pela Deliberação TCE-RJ nº 338/2023, para que, **no prazo de 15 (quinze) dias**, apresente razões de defesa quanto aos fatos apontados pelo Corpo Instrutivo, discriminados no Relatório deste Voto, sendo alertado quanto às sanções previstas no art. 63 da Lei Complementar Estadual nº 63/90, em caso de não atendimento a decisão desta Corte;

**II** - Pela **NOTIFICAÇÃO** do Sr. Eliel Fernandes da Silva responsável pela contabilidade do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Mesquita – MESQUITAPREV, no exercício de 2018, nos termos do art. 15, inciso II, c/c art. 30 do Regimento Interno deste Tribunal, aprovado pela Deliberação TCE-RJ nº 338/2023, para que, **no prazo de 15 (quinze) dias**, apresente razões de defesa quanto aos fatos apontados pelo Corpo Instrutivo, discriminados no Relatório deste Voto, sendo alertado quanto às sanções previstas no art. 63 da Lei Complementar Estadual nº 63/90, em caso de não atendimento a decisão desta Corte;

III - Pela **COMUNICAÇÃO** ao atual Gestor do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Mesquita – MESQUITAPREV, nos termos do art. 15, inciso I, do Regimento Interno deste Tribunal, aprovado pela Deliberação TCE-RJ nº 338/2023, para que tome ciência da presente decisão plenária, viabilizando o acesso dos responsáveis notificados à documentação necessária ao atendimento a esta Corte.

## 2 – DA EXPEDIÇÃO DE OFÍCIOS

A decisão aludida foi materializada por intermédio do Ofício a seguir elencado:

OFÍCIO PRS/SSE/CGC	DESTINATÁRIO	FORMA DE RECEBIMENTO	DATA DE RECEBIMENTO	RESPOSTA DOC. TCE-RJ N.º
NP18310/2023	Murilo Sanches Rodrigues	Terceiro	14/07/2023	19.968- 3/2023
NP 18311/2023	Eliel Fernandes da Silva	WhatsApp	08/08/2023	CERT. REVELIA 370/2023
18312/2023	Catia da Silva Ferraz	DORJ	10/07/2023	Mera ciência

## 3 – DO ATENDIMENTO À DECISÃO PLENÁRIA

### 3.1 – DO ATENDIMENTO AO ITEM I DO VOTO

RESPOSTA: mediante o Ofício s/n.º constante à peça 648, o Sr. Murilo Sanches Rodrigues, gestor à época do MESQUITAPREV limita-se a informar o seguinte:

Após ter analisado a documentação retransmitida pelo Município em 05/10/2020, pude concluir que o órgão central de controle interno (Controladoria Geral do Município), ao consolidar a Prestação de Contas da Gestão referente ao exercício de 2018, desconsiderou a Prestação de Contas do Mesquitaprev encaminhada a este Tribunal

---

em 26/11/2019, justificando assim as divergências apontadas nas análises constantes da Decisão Monocrática GCS-3.

Em virtude do exposto, acredito que cabe aos gestores municipais responsáveis pelo último envio (05/10/2020), no qual foi retificada a Prestação de Contas Anual referente ao exercício de 2018, prestar todos os esclarecimentos referentes a decisão GCS-3 e de outras que porventura vierem a surgir

ANÁLISE: destaca-se que os questionamentos sugeridos na instrução de 31/05/2023 e ratificado pelo Plenário subdividem-se em duas situações distintas:

O primeiro questionamento, constante do **item I.1**, objetivou a apresentação de razões de defesa quanto aos motivos que ensejaram a emissão de demonstrativos com valores conflitantes, sendo aqueles constantes às fls. 06-33 encaminhados inicialmente nesta PCA, e os anexados às fls. 180-194 extraídos da PCGOV 2018 que, embora não assinados pelo gestor do Instituto, foram, em princípio, extraídos da base de dados do referido Instituto (não se olvidando de 3º envio de novos demonstrativos contábeis, acostados às fls. 228-273 com dados também divergentes daqueles inicialmente encaminhados e acostados às fls. 06-33 e dos demonstrativos de fls. 180-194). Portanto, a despeito de alegações do então gestor do MESQUITAPREV de que não assinou estes últimos demonstrativos, uma nova emissão dos demonstrativos com dados conflitantes evidencia, a nosso ver, no mínimo, ausência de fidedignidade no registro contábil do referido Instituto, fato inclusive evidenciado pelo próprio implicado nos documentos de fls. 510 e 515, onde discorre sobre as fragilidades no registro dos dados.

Pontuamos ainda que o Sr. Murilo Sanches Rodrigues ocupou o cargo de Presidente do Instituto no período de 01/01/2017 a 17/03/2020 (conforme espelho do sistema de Ofícios desta Corte apresentado a seguir), sendo responsável tanto pelo encaminhamento da presente tomada de contas em 2019, quanto pela apresentação dos demonstrativos e dados do Instituto ao Executivo Municipal para compor a PCGOV de 2018, não sendo outro o responsável pelo controle e envio dos dados.

Q Consultar Responsáveis de um Órgão

Órgãos	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE MESQUITA		
Cargo	DIRETORA-PRESIDENTE		
Responsável	Início	Fim	
CATIA DA SILVA FERRAZ	01/01/2021		
LEANDRO MACHADO FERREIRA	17/03/2020	31/12/2020	
MURILO SANCHES RODRIGUES	01/01/2017	17/03/2020	

Destarte, a alegação apresentada pelo responsável à época pelas contas em comento, de que cabe aos demais gestores responsáveis pelo envio dos demonstrativos retificados apresentar os esclarecimentos, não deve prosperar.

Quanto aos demais questionamentos, constantes dos **itens I.2 a I.9** da instrução datada de 31/05/2023, ratificadas pelo Plenário, referem-se a divergências contábeis tomando por base os demonstrativos inicialmente encaminhados pelo gestor, Sr. Murilo Sanches Rodrigues (Ofício 255-2019/MESQUITAPREV, fl. 01), demonstrativos estes acostados às fls. 06-33 e considerados na análise daquela instrução, bem como ausência de documentos extracontábeis necessários para saneamento das contas, tais como Certificado de Auditoria e Quadro Auxiliar das

Disponibilidades Financeiras. Portanto, quanto a tais questionamentos, o responsável pelas contas ficou-se em silêncio.

### 3.2 – DO ATENDIMENTO AO ITEM II DO VOTO

Verifica-se que não houve atendimento ao referido chamamento, por parte do responsável pela contabilidade à época, sendo este considerado revel, conforme Certificado de Revelia n.º 370/2023 constante à fl. 651, destacando-se que a notificação buscou esclarecer o motivo da emissão de demonstrativos contábeis com dados divergentes, todos assinados pelo então contador, evidenciando a sua responsabilização na elaboração dos demonstrativos com dados conflitantes.

Portanto, cuidamos, **S.M.J.**, deva ser o responsável pela contabilidade do Instituto à época passível de sanção, o que será sugerido na proposta de encaminhamento.

### 4 – PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

Ante o exposto, SUGERIMOS:

**I – NÃO ACOLHIMENTO** das razões de defesa apresentadas pelo Sr. Murilo Sanches Rodrigues, mediante o DOC. TCE-RJ n.º 19.968-3/2023.

---

**II** – sejam julgadas **IRREGULARES** as Contas Anuais de Gestão do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Mesquita - MESQUITAPREV, sob a responsabilidade do Sr. Murilo Sanches Rodrigues, com fulcro no art. 20, inciso III, alínea a, da Lei Complementar Estadual n.º 63/90, em face da ocorrência das seguintes IRREGULARIDADES e IMPROPRIEDADES:

*IRREGULARIDADES:*

1 – Emissão de demonstrativos contábeis, com dados posicionados em **31/12/2018** divergentes referentes ao MESQUITAPREV, evidenciando a fragilidade dos controles contábeis daquele Instituto e a ausência de fidedignidade dos dados constantes dos referidos demonstrativos.

2 - Ausência do Certificado de Auditoria, com parecer conclusivo sobre as contas, devidamente assinado por contabilista registrado no CRC – Conselho Regional de Contabilidade.

3 – Ausência do Quadro Auxiliar das Disponibilidades Financeiras elaborado em 2018 (contendo Quadro Principal) conforme Modelo 2 da Deliberação TCE/RJ n.º 277/17, objetivando evidenciar, de forma resumida, as conciliações bancárias efetuadas à época que ensejaram o saldo das disponibilidades registrados nos Balanços Financeiro e Patrimonial (fls. 22-23) no montante de **R\$122.890.315,70**.

---

4 - Divergência, na ordem de R\$1.870.774,53, entre o saldo do exercício anterior, constante do Balanço Financeiro de fl. 22, no montante de R\$110.539.719,93 e o saldo para o exercício seguinte registrado no BF 2017 (processo TCE-RJ n.º 227.279-1/18), de R\$108.668.945,40 (Questão Normativa 5.3 da instrução de 31/05/2023).

*IMPROPRIEDADES:*

1 - Divergência na ordem de R\$16.409,07, entre a inscrição em restos a pagar processados registrada no Balanço Financeiro no valor de R\$361.466,22, e o apurado com base na Tabela 2 - Execução Orçamentária da Despesa R\$377.875,29 (Questão Normativa 4.2 da instrução de 31/05/2023).

2 – O Anexo 17, às fls. 31-32, registra o montante de R\$395.014,60, divergente do registrado no Passivo Financeiro do Balanço Patrimonial, à fl. 23, de R\$4.998.399,84. (Questão Normativa 5.10 da instrução de 31/05/2023).

3 – Ausência de informação quanto à composição do valor registrado na rubrica “Ajuste de Exercícios Anteriores” de R\$242.582,25, no Balanço Patrimonial de fl. 23.

4 – Ausência de cópia da Certificação dos responsáveis pela gestão dos recursos do MESQUITAPREV, no exercício de 2018, na forma estabelecida pela Portaria MPS nº 519/2011.

---

5 – Ausência de declaração do Gestor, referente ao exercício de 2018, informando as medidas tomadas para saneamento das irregularidades, caso encontradas em relatório de auditoria realizada pelo controle interno, conforme item 16 do Anexo II da Deliberação TCE-RJ nº 277/17.

**III - APLICAÇÃO DE MULTA** ao Sr. Eliel Fernandes da Silva, responsável pelo setor de Contabilidade do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Mesquita – MESQUITAPREV, no exercício de 2018, ante o não atendimento, sem causa justificada, à decisão desta Corte, em valor a ser estipulado pelo Colendo Plenário desta Corte de Contas, com fulcro no art. 63 IV, da Lei Complementar Estadual nº 63/90, destinada ao FEM/TCE-RJ, na forma do art.3º, inciso VII, da Lei estadual nº 6.113/2011, DETERMINANDO-SE a COBRANÇA JUDICIAL, nos termos do art. 3º da Deliberação TCE-RJ nº 267/16, inclusive com a expedição de ofício à Dívida Ativa Estadual, caso a multa não venha a ser recolhida no prazo regimental, e a continuidade do processo no que se refere ao aguardo do recolhimento da sanção, observado o procedimento recursal

**CAC-GESTÃO, 25/04/2024**

**CARLOS AUGUSTO DA SILVA BARBOSA**  
Assistente  
Matrícula 02/003456



---

**Senhor Subsecretário-Adjunto da SUB-CONTAS,**

Em face da análise procedida por esta Coordenadoria e concordando com a sugestão constante da conclusão, encaminho-lhe o presente processo, em prosseguimento.

**CAC-GESTÃO, 25/04/2024**

**FLAVIA EYER MENEZES**  
**Coordenadora-Geral**  
**Matrícula 02/003647**

---

**DE ACORDO.**

À consideração do Colendo Tribunal, ouvido previamente o **DOUTO**  
**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS JUNTO AO TCE-RJ.**

**SUB-CONTAS, 25/04/2024**

**DIEGO RAMOS FERREIRA DA SILVA**  
Subsecretário-Adjunto  
Matrícula 02/004310